

**A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DO  
ENSINO PROFISSIONALIZANTE FACE  
AO PROCESSO DE  
INDUSTRIALIZAÇÃO DE JUIZ DE  
FORA**

*Patrícia Nassif da Cruz*<sup>1</sup>

**RESUMO**

O presente trabalho mostra as abordagens metodológicas em políticas públicas, fundamentado no entendimento das quatro etapas da política, tais como a construção da agenda, formulação, implementação e avaliação. Relata como será o processo de formulação da política educacional técnica, baseada no decreto nº 2208/97 e mostra como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI (estabelecimento de ensino técnico-profissionalizante) está se atualizando para atender a nova fase de industrialização de Juiz de Fora/MG face à vinda da Mercedes-Benz - indústria automotiva alemã.

**INTRODUÇÃO**

O presente trabalho resenha um estudo sobre os fundamentos teóricos das abordagens metodológicas em políticas públicas, priorizando o entendimento das quatro etapas da política: construção da agenda; formulação; implementação e avaliação e também a relação que se estabelece entre política e políticas públicas. Tem-se como ponto de partida uma análise do modo de operar do Estado, que se traduz, justamente no ato de fazer políticas públicas, identificando com isso, os mecanismos e os critérios de decisão utilizados pelos responsáveis para fazer políticas e os atores principais envolvidos nesse processo.

A partir dessa fundamentação teórica mais geral, o estudo focalizará a política educacional técnica, baseada no decreto nº 2208/97, onde são estabelecidas as normas e diretrizes para tal política. Mostra também, a importância de se investir no ensino técnico profissionalizante como forma de se gerar emprego e aumentar a renda no país. Dentro dessa

perspectiva, há necessidade de se melhorar o nível dos estabelecimentos de ensino profissionalizante, como condição para se atingir o desenvolvimento educacional/humano.

O novo processo de industrialização por que passa Juiz de Fora, devido à vinda de indústrias automotivas alemãs, tem exigido dos cursos técnicos profissionalizantes da cidade demandas que atendam de imediato suas necessidades. Tornou-se necessário rever políticas, currículos, programas dos cursos profissionalizantes para se conseguir adequar a *mão-de-obra* às demandas dessas indústrias. A Mercedes-Benz, por sua vez, tem buscado através de parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI qualificar seus colaboradores para atender suas demandas.

Esse processo de industrialização possibilitará mudanças substanciais, tais como a absorção de novas tecnologias, conhecimentos, informações e mudanças de atitudes frente ao trabalho, conduzindo portanto, a cidade para o desenvolvimento.

**POLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS -  
FUNDAMENTOS TEÓRICOS**

O funcionamento da máquina estatal se traduz no ato de fazer políticas públicas. Como abordagem metodológica para o estudo dessas políticas tem-se como prioridade as quatro etapas (construção da agenda, formulação, implementação e avaliação), e as relações que se estabelecem, de um lado, entre governo e sociedade e de outro os atores políticos envolvidos no processo.

Monteiro (1982) argumenta que uma necessidade óbvia na análise de política pública é a delimitação, no âmbito das atividades do governo, do que seja uma política.

Deve-se lembrar, segundo King (citado por Monteiro, 1982; p.8), que “uma política... é um curso de ação (ou inação) conscientemente escolhido e orientado para um determinado fim”.

Monteiro (1982) coloca que política pública é formada por um conjunto de ações coesas que são desempenhadas por uma diversidade de *policy-makers* (planejador de políticas), em diversos estágios do processo decisório.

Conforme Dahl, (citado por Viana, 1996), política pública diz respeito à relação que se firma entre o

---

<sup>1</sup> Mestranda em Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV). E-mail: patynassif@hotmail.com.

Governo e os cidadãos, onde aquele induz estes a se direcionarem até mesmo do modo que não desejam. Eulau e Eyestone (citados por Viana, 1996), colocam que muitas vezes o desenvolvimento de determinadas políticas é derivado mais pelas preferências, predileções, orientações e expectativas de quem faz política do que exclusivamente pelo processo político.

Para Anderson, (citado por Viana, 1996; p.16), “a decisão governamental, leva em consideração os critérios que os partidos, as normas e a opinião pública estabelecem; os tipos de decisão ( barganha, persuasão e comando); a ação da maioria consensual; o ato de decisão do presidente; e o incrementalismo”.

De acordo com Hoppe, Van de Graff e Van Dijk citados por Viana (1996) as fases das políticas se classificam em: *construção da agenda, elaboração do projeto, adoção do projeto, implementação, avaliação e reajuste*. Os autores ressaltam que as fases de elaboração do projeto (ou formulação) e implementação constituem dois momentos importantes na formação das políticas, sendo fruto de diferentes processos. Esse processo de formação de políticas deve responder a três indagações, tais como: como os assuntos podem despertar a atenção dos “fazedores”; como esses assuntos são formulados e por fim, como uma determinada alternativa é preferida em relação à outra.

As duas fases citadas anteriormente de acordo com os autores, portanto são distintas, sendo que a implementação caracteriza-se por mostrar resultados que servem de ensinamentos para os formuladores. Esse processo de implementação desenvolve-se de acordo com um tempo determinado, de tal sorte que em cada momento interagem atores governamentais e não-governamentais, com idéias, recursos e atividades próprias.

Na conclusão sobre a etapa da implementação de uma política, Viana (1996) constata essa fase como uma ação social traduzida no *encontro de diferentes intenções e atores*.

O autor citado anteriormente afirma que existem dois fatores que irão influenciar a construção da agenda governamental, tais como: os *participantes ativos* (atores governamentais e atores não governamentais) e os *processos* através dos quais alguns assuntos sobressaem. Um outro aspecto que influencia a inclusão de um assunto na agenda é o *grau de fragmentação das comunidades de políticas*. Isso significa que quando idéias são formuladas e discutidas, apenas algumas conseguem sobreviver

à seleção e satisfazem a demanda dos grupos. Os atores governamentais, citados acima, seriam o grupo representado pelo alto *staff* da administração (Presidente, políticos nomeados para cargos públicos), funcionários de carreira, parlamentares e funcionários do Congresso; já os atores não-governamentais seriam os grupos de interesse ou pressão, acadêmicos, consultores, pesquisadores, pessoas da mídia, participantes de partidos políticos e também a opinião pública.

Anderson, (citado por Viana, 1996), assinala que no processo de avaliação de política existem vários tipos de estudo, como por exemplo, *a avaliação de impacto (mede a efetividade da política); a avaliação da estratégia de implementação (a mais produtiva); monitoramento (mede a eficiência gerencial e operacional)*.

De acordo com Hoppe, Van de Graff e Van Dijk citados por Viana (1996) é fundamental para o êxito de determinada política que haja uma perfeita harmonia entre os *formuladores, implementadores e público-alvo ( das políticas)*.

A partir dessa fundamentação teórica mais geral, o estudo focalizará a política educacional técnica, baseada no decreto nº 2208/97, onde são estabelecidas as normas e diretrizes para tal política.

### **Política Educacional-Técnica**

A formação técnica profissionalizante é uma questão que vem sendo motivo de debate no Brasil, objetivando buscar nessa capacitação profissional a absorção de um contingente maior e mais qualificado para o mercado de trabalho, gerando com isso emprego, renda e conseqüentemente o desenvolvimento sócio - econômico.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação/96 a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Jones (1998) informa que com essa Lei acima e o decreto nº 2208/97, o segundo grau tornou-se agora ensino médio e se integrou à educação básica. A carga horária por sua vez, tem um mínimo obrigatório de 2400 horas.

Ainda de acordo com o decreto nº 2208/97, citado por Jones (1998) a educação profissional será desenvolvida junto com o ensino regular, podendo ser realizada em instituições de ensino regular, em instituições especializadas ou mesmo no ambiente de trabalho. A educação profissional é composta

dos seguintes níveis: básico (destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhos, sem necessariamente exigir escolaridade; técnico (destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egresso de ensino médio) e tecnológico (corresponde a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico).

De acordo com Ibañez (1998), baseado no Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, o ensino técnico profissionalizante ganhou novo tratamento nas mudanças educacionais previstas na Lei de Diretrizes e Bases, onde ganha caráter de nível pós-médio, mas não é nível universitário. Os pré-requisitos anteriormente para se ter curso técnico era o 1º grau, agora tem que ter no mínimo o 2º ano do nível médio (para cursar ao mesmo tempo) ou 2º grau completo. O currículo anterior era determinado pelo MEC, agora com as mudanças passa a ser flexível, com 70% do conteúdo fixado pelo MEC (não acabou a tarefa, prevista para meados do 2º semestre) e 30% pelas escolas (já o fez). O ensino técnico era de 3 anos por se equivaler ao 2º grau, agora será de 2 anos se realizado em seqüência e sua estrutura será modular com certificação em blocos. O PROEP já tem recursos para dar andamento, onde foram reservados US\$ 500 milhões sendo que a metade é do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e igual contrapartida pelo Brasil.

De acordo com o artigo 6º do Decreto nº 2208 (1997; p.2) a formulação dos currículos dos cursos do ensino técnico obedecerá ao seguinte:

*O Ministério da Educação e do Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação, estabelecerá diretrizes curriculares nacionais, constantes da carga horária mínima do curso, conteúdos mínimos, habilidades e competências básicas, por área profissional; os órgãos normativos do respectivo sistema de ensino complementarão as diretrizes definidas no âmbito nacional e estabelecerão seus currículos básicos, onde constarão as disciplinas e cargas horárias mínimas obrigatórias, conteúdos básicos, habilidades e competências, por área profissional; o currículo básico, não poderá ultrapassar setenta por cento da carga mínima obrigatória, ficando reservado um percentual mínimo de 30 para que os estabelecimentos de ensino, independente de autorização prévia, elejam discipli-*

*nas, conteúdos, habilidades e competências específicas da sua organização curricular.*

De acordo com Ibañez (1998), baseado no Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP, a dinâmica do mercado é um desafio comum a todas as escolas técnicas, públicas, particulares ou de sistemas, como os Serviços Nacionais de Aprendizagem Industrial e Comercial. As escolas técnicas particulares também deverão mudar, caso queiram sobreviver. As metas para estas serão seguir os mesmos critérios do MEC, mas são livres para decidir que cursos irão oferecer.

O autor coloca que é importante rever esses cursos técnicos e adaptá-los aos novos tempos e também a realidade e as necessidades da cidade, município e estado onde atuam.

A Secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais (1996) apresenta para promover o atendimento à educação profissionalizante do estado duas probabilidades de oferta: a primeira seria em concomitância ao ensino médio comum geral, a partir da 3ª série; a segunda seria o pós-médio. Nos dois casos a duração poderá ser de seis meses a dois anos. Já a educação geral terá duração de três anos, podendo, na 3ª série, desenvolverem-se atividades profissionalizantes. No contexto atual de mudanças, a relação trabalho/escola ganha novas formas, ficando restrito o espaço para uma formação totalmente especializada.

### **O Papel do Ensino Profissionalizante na Capacitação dos Recursos Humanos**

Oliveira (1996) afirma que com as intensas mudanças tecnológicas ocorridas no mundo, em particular, no Brasil existe necessidade de se colocar a educação como uma questão fundamental para a formação da força de trabalho.

Dentro desse contexto cabe ressaltar a função da escola profissionalizante, pois são os conhecimentos técnicos-específicos que possibilitam a adaptação do trabalhador às modificações tecnológicas. Além disso, o indivíduo precisa estar ciente do seu papel no sistema produtivo e competitivo e também saber que do sucesso da empresa dependerá a sua remuneração. Para que o projeto desse elemento humano seja realizado é fundamental que a escola profissionalizante seja algo dinâmico, isto é, interpretando o contexto empresarial e colocando em prática todos

os recursos necessários para qualificar o indivíduo que passa por sua formação.

Niskier (1978) ressalta que a educação profissionalizante deverá permitir ao aluno melhores condições de domínio dos princípios de uma profissão e deverá fornecer os meios mais fáceis destes se adaptarem a novas condições tecnológicas.

De acordo com Vieira e Alves, (citado por Rodrigues, 1996; p. 42):

*"Os novos paradigmas tecnológicos e de qualidade, produtividade e competitividade exigem um novo perfil profissional, que além de habilidades específicas para uma determinada ocupação, inclua o domínio de competências básicas, tais como: comunicação e expressão, cálculo, raciocínio lógico, criatividade, capacidade decisória, habilidades para identificar e solucionar problemas e capacidade de propor e incorporar inovações, bem como informações culturais e de cidadania que facilitem a integração do indivíduo na sociedade e no trabalho."*

Conforme o Decreto nº 2208/97 o ensino técnico profissionalizante seria aquele capaz de promover a transição entre a escola e o contexto do trabalho, capacitando o indivíduo com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para execução de atividades, visando o seu melhor desempenho. Este por sua vez, poderá ser realizada em escolas de ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho.

De acordo com a referência citada anteriormente o ensino técnico profissionalizante, especificamente, seria aquele destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos de nível médio (segundo grau) De acordo com Leite (1997) o ensino de segundo grau e o especificamente de formação técnica, estão sob responsabilidade dos Estados (Secretarias e Conselhos Estaduais de Educação), no que tange a normas e financiamentos. Do orçamento estadual são recursos públicos para a educação os seguintes: dois terços dos recursos do salário-educação são arrecadados no próprio Estado; 25% dos recursos são extraídos de impostos como Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS; Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI; Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e taxas diversas - IPVA; aproximadamente 25% dos recursos são transferidos pela União através do Fundo de Participação dos Estados; e final-

mente os repasses adicionais de Salário-Educação e outras transferências da União.

### **A Importância do Treinamento**

Novaes (1970) assinala que o treinamento é uma parte da educação, pois neste é possível se colocar uma pessoa apta a exercer uma atividade específica. Bergamini (1980) coloca que o termo treinamento é empregado, na maioria das vezes, como o preparo específico para se desempenhar bem as diversas tarefas que compõem os diferentes cargos. O treinamento é importante, pois prepara as pessoas para o trabalho numa busca de aumento de produtividade, de melhoria do produto final, na diminuição da incidência de perdas e danos de matérias-primas e máquinas, respectivamente.

O treinamento é a porta de entrada para se fazer parte de um empreendimento e se localizar num posto de serviço específico e próprio. O treinando por sua vez, já tem conhecimentos teóricos e alguma experiência, e o treinador é o conhecedor da empresa em profundidade, principalmente daquele setor específico. Notadamente, são vários os instrutores que somam as diretrizes e o conhecimento por setor da empresa, passando essas informações para o treinando.

O treinamento só se torna completo à medida que a aquisição de conhecimentos e informações técnicas permitem ao treinando uma mudança na forma de conduta para o trabalho.

Niskier (1978) coloca que a educação profissionalizante não deve ser entendida como treinamento profissional. A educação profissionalizante não se limita à transmissão de conhecimento técnico limitado e pouco flexível. Já o treinamento profissional visa a aquisição de técnicas específicas para a realização de um trabalho determinado. Pode ser dado na escola, empresas, agências de treinamento ou na própria força de trabalho.

Finalizando, a formação do técnico se fundamenta no desenvolvimento de habilidades básicas específicas para o exercício da profissão. Como se dá esse processo é objeto do tópico seguinte.

### **Desenvolvimento de Habilidades Básicas Específicas: Técnicas**

A formação dos técnicos na escola profissionalizante se fundamenta na aquisição de habilidades,

tais como: habilidade científica (conteúdos produzidos), habilidade técnica (técnicas e métodos) e habilidade política (entrosamento do indivíduo com o grupo, consigo mesmo, com o trabalho que executa e com as associações). Todas essas devem estar articuladas conjuntamente.

Segundo Warren (1973) a palavra “técnico” diz respeito a toda pessoa que executa uma profissão que exige conhecimentos científicos e técnicos.

A educação não fica limitada ao ensino dado nas salas de aula apenas, faz-se presente no próprio processo de trabalho, imprimindo-lhes meios de eficiência. E produzir sem conhecimentos técnicos, sem ter experiência, sem consciência do que está sendo feito é desperdiçar esforço ( Bastos, 1981).

Como diz Littieri (citado por Kuenzer, 1986; p.48):

*“a educação técnica tem como tarefa restituir ao homem a possibilidade de realizar suas capacidades e desenvolver-se através do trabalho, isto é, a possibilidade de conhecer, de apropriar-se, de transformar o processo de produção aproveitando as potencialidades do desenvolvimento técnico”.*

Para Niskier (1978) a política educacional é vista sob o ângulo da qualificação para o trabalho, onde a escola utilizará a parte especial do currículo para permitir a formação integral do educando, possibilitando-lhe apreender noções básicas para uma determinada profissão, adquirida ainda na escola (através de estágio ou completada diretamente na força de trabalho).

As disciplinas com base técnica adotadas pela escola profissionalizante devem estar de acordo com às exigências das indústrias. Se for uma multinacional deve-se atualizar com os conhecimentos técnicos de ponta empregados nesta ( produtos mais avançados). Sendo assim, não existirá um hiato intenso entre a escola profissionalizante e as indústrias avançadas.

Outra forma de se desenvolver habilidades técnicas específicas é através do uso de equipamentos e instalações que devem ser adequados para o devido aproveitamento dos conhecimentos técnicos.

Niskier (1986) ressalva que os materiais utilizados nesse processo tornaram-se um sério obstáculo às escolas profissionalizantes, surgindo a necessidade de se atualizarem.

Warren (1973) afirma que existem alguns fatores que são incompatíveis para que um sistema perfeito seja posto em prática, um deles seria a duração do

aprendizado, pois com períodos curtos de tempo torna-se difícil adquirir o domínio técnico exigido pelas indústrias avançadas.

A duração de três anos para se apreender habilidades técnicas torna-se insuficiente. Além desses, precisaria talvez de mais um ano de desenvolvimento de conhecimentos técnicos sobre os produtos das indústrias avançadas (através do ensino da desmontagem e remontagem em todos os detalhes). O treinamento por sua vez, seria substituído em parte no último ano do curso e deveria ser realizado na própria escola, fazendo pesquisa dos produtos (desmontando-os e remontando-os). Dessa forma, os técnicos se tornariam mais hábeis para o exercício do trabalho em qualquer parte do mundo.

A princípio, muitos locais não têm indústrias de porte avançado para empregar e qualificar essa mão-de-obra, mas devido à aquisição desses conhecimentos técnicos, pode-se atrair para a região e/ou país os empreendimentos para ocupação desta própria força de trabalho.

### **A Importância da Escola Profissionalizante no Contexto Sócio-Econômico**

De acordo com Richardson (1988) a escola de segundo grau, em especial a escola profissionalizante é a responsável pelo atendimento das necessidades de mão-de-obra para o desenvolvimento sócio-econômico do país. Esta por sua vez, prepara o jovem para que ele desenvolva suas potencialidades e assim, se auto-realize na qualificação para o trabalho.

Brzezinski (1996) assinala que a educação profissionalizante deve estar atenta para atender a sua finalidade principal que é formar cidadãos capacitados para enfrentar os desafios postos pela modernização tecnológica. Logo, o homem a ser formado nesse tipo de educação deve conhecer as características da nova economia dessa civilização (sociedade do conhecimento), tais como:

- a) exigência de tecnologias flexíveis que tornam a produção mais personalizada, ocasionando assim, ondas de desemprego;
- b) substituição de grandes grupos de trabalhadores por pequenos grupos cada vez mais especializados;

- c) mudança do comportamento nas organizações que estimulam a livre iniciativa dos trabalhadores motivados pela competitividade;
- d) o fator de produção passa a ser o conhecimento e não mais o trabalho, capital e matérias-primas;
- e) o valor nas empresas está voltado para a capacidade de adquirir, produzir, distribuir e aplicar conhecimento;
- f) educação do pessoal está mais qualificada, exigindo que este permaneça um maior tempo na escola, pois a educação não-formal, materializada por treinamentos rápidos dados dentro da empresa está insuficiente.

Diante disso, observa-se a relevância da escola profissionalizante em preparar o jovem para ingressar no mercado de trabalho, sujeito assim a um mínimo de treinamento. A existência de recursos humanos capacitados é fator importante para estimular a ampliação e criação de novas empresas; colaborar no crescimento do Produto Interno Bruto - PIB e da renda *per capita*; abre caminho para a concorrência, criando novos fabricantes. A fundamentação de desenvolvimento econômico numa sociedade implica na queda do desemprego. Warren (1973) enfatiza que um país em desenvolvimento é aquele no qual prevalece a seguinte condição: o potencial humano ainda não atingiu o nível de qualificação que possibilita às classes menos favorecidas um nível de vida conveniente. Relevante será o projeto proposto, à medida em que estiverem articulados escola-trabalho. Essa investigação é objeto do próximo tópico.

#### **A Relação Trabalho - Escola Profissionalizante**

Kuenzer (1986; p.191) enfatiza que “eleger o mundo do trabalho como ponto de partida para a proposta pedagógica da escola comprometida com os interesses dos trabalhadores não significa propor uma formação profissional estreita e limitada, determinada pelo mero “saber fazer” despidido de compreensão, de análise e crítica. Toda e qualquer educação é educação para o trabalho”. Richardson (1988) mostra a existência em diversas pesquisas e documentos de problemas na relação escola-trabalho. Existe uma inadequação entre o

que ocorre na escola, na formação profissional e na indústria.

Esse hiato é preenchido com conhecimentos técnicos direcionados para atender às exigências das indústrias avançadas. A escola profissionalizante deve ser dinâmica para buscar conhecimentos aplicados no Mundo. Esta por sua vez, não cria conhecimentos, mas vai buscá-lo por ser uma instituição de segundo grau. A existência de hiato entre trabalho-escola é uma constante, mas pode se reduzir caso siga essa linha de pensamento.

De acordo com Sander (1996), a construção e reconstrução do conhecimento técnico na educação profissionalizante implica num grande esforço. Portanto, o Brasil necessita urgentemente multiplicar seus conhecimentos científicos e tecnológicos para poder participar efetivamente da transformação econômica, social e política.

#### **Comentários Preliminares sobre a Implantação da Mercedes-Benz em Juiz de Fora-MG e o Papel do Ensino Profissionalizante nesse Contexto**

##### **Programas de Financiamento à Indústria no Estado de Minas Gerais**

Lara (1998) diz que a localização estratégica, o mercado consumidor, infra-estrutura de transportes e rodovias, mão-de-obra qualificada e de qualidade são os fatores que fizeram com que novos investidores se instalassem em Minas Gerais. Além disso, uma base de fomento integrada, na qual o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG, Instituto de Desenvolvimento Industrial - INDI, a Companhia de Distritos Industriais - CDI e a Secretaria de Estado da Indústria e Comércio trabalham juntas objetivando viabilizar as condições necessárias à implantação de novos negócios. Existe ainda o SEBRAE e a Federação das Indústrias de Minas Gerais - FIEMG, trabalhando juntas para atingir tal fim.

Para efetuação de tais negociações é necessário que o poder público gere, com prioridade, os programas sociais voltados para o cidadão, para isso, Minas Gerais busca a atração de novos investimentos através de um programa de incentivos fiscais. Todo projeto deve passar antes pela aprovação de um conselho formado por técnicos de várias áreas do Governo e da iniciativa privada. Um desses Conselhos é o Conselho de Industrialização - COIND que é um órgão voltado para os interesses da população

de Minas Gerais. O projeto é avaliado em reuniões públicas na qual o cidadão tem participação direta. Para captar recursos que dêem suporte aos incentivos fiscais previstos no COIND, foram criados em Minas dois fundos. O primeiro seria o Fundo de Incentivos à Industrialização - FIND, que sustenta dois programas de financiamentos: o Programa de Integração e Diversificação Industrial e Agroindustrial - PRÓ-INDÚSTRIA e o Programa de Indução à Modernização Industrial - PROIM. O segundo fundo seria o fundo de Desenvolvimento de Indústrias Estratégicas - FUNDIEST. Esse por sua vez, dá sustentação a dois programas industriais, ou seja, o PROE-INDÚSTRIA E O PROE-ESTRUTURAÇÃO. O Estado diante disso, prefere criar as condições para que o negócio aconteça, ao invés de participar diretamente do negócio. Essa fórmula mineira viabilizou 415 projetos de 1992 até hoje, distribuídos em todo o Estado. Dentro desse projeto está a Mercedes - Benz, instalada em Juiz de Fora.

#### **Cenário Econômico-Industrial de Juiz de Fora**

Conforme Lara (1998), Juiz de Fora vem passando por um processo de transformação econômica, desde então considerada decadente, com a vinda da Mercedes-Benz. A Zona da Mata já teve um cenário de desenvolvimento e riquezas. Na últimas décadas apresentou um índice negativo do seu PIB *per capita*, onde era 0,6% negativo de 1985 a 1996. Atualmente, este índice já atingiu 3,5% positivos. Com relação ao crescimento industrial da cidade, nota-se que em 1985 a 1996 o índice referente a esse crescimento era apenas de 2,3%. Hoje, já é de 12,9% com propensões para o crescimento.

A Mercedes-Benz está investindo um valor de US\$ 850 milhões na implantação de sua primeira unidade fora da Alemanha. Braz, citado por Lara (1998) coloca que a chegada de uma empresa como a Mercedes, uma das mais importantes do mercado mundial de automóveis, provoca uma mudança substancial na qualidade de produtos e serviços a serem oferecidos à nova empresa. Os fornecedores de uma empresa como essa começam a buscar uma melhoria da qualidade de seus produtos e serviços, permitindo assim, a abertura de novos mercados e uma conseqüente melhoria da qualidade de vida da região.

#### **O Processo de Capacitação/Treinamento Profissional da Mercedes-Benz em Juiz de Fora**

Para manter a qualidade de seus produtos e serviços a Mercedes-Benz precisa de uma mão-de-obra altamente qualificada. Para isso, ela está investindo cerca de R\$ 28 milhões em treinamento e especialização de seus funcionários.

Foi desenvolvido, em atendimento à Mercedes - Benz um curso de nivelamento e atualização técnica (2 meses), através de um programa básico, objetivando a atualização do conhecimento da mão-de-obra em resposta às necessidades da indústria. O processo de seleção dos candidatos para esse curso é feito pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/JF. O SENAI, segundo Mejia (1977; p. 9) “*é uma instituição de direito privado; que é administrado, no âmbito nacional, pela Confederação Nacional das Indústrias – CNI, e nos Estados, pelas Federações das Indústrias.*” É financiada por contribuições compulsórias, sob gestão privada dos empresários.

Com referência a Italo (1981) o SENAI nasceu com o decreto-lei nº 4048, de 22 de janeiro de 1942. Tem como objetivo desenvolver alternativas para a educação profissionalizante e também para o desenvolvimento tecnológico.

A partir da efetivação do curso feito no SENAI são escolhidas pessoas habilmente qualificadas para comporem o quadro de pessoal da Mercedes-Benz. Os selecionados passam por uma segunda fase que é mais específica na profissão, ou seja, o curso de especialização por área de 2 meses (programas previamente definidos e fechados para colaboradores da Mercedes). O colaborador, já estando na indústria passa por um programa de integração na própria indústria (1 semana), tornado-se um multiplicador, ou seja, aquele que vai reproduzir o conhecimento para os outros colaboradores. Esses multiplicadores fazem um estágio na Alemanha nas fábricas da Mercedes-Benz -Raastat (3 a 5 meses), depois voltam ao Brasil e repassam o que aprenderam aos colegas. Esse processo de treinar os colaboradores na Alemanha terminou em julho/98, onde os *trainers* vem para o Brasil junto com os multiplicadores.

Segundo Munhoz (1998) a mão-de-obra local tem conseguido atender às exigências da indústria, devido a parceria com o SENAI para a qualificação do pessoal. Já foram admitidos como multiplicadores um total de 150 colaboradores através do SENAI. Nas áreas operativas já foram contratados 300 cola-

boradores que fizeram o programa de nivelamento básico junto ao SENAI.

Ainda, segundo Munhoz (1998), a mão-de-obra deve ter no mínimo de escolaridade o 1º grau, sendo que esta deve ter experiência na área e não se deve ter limitações quanto ao limite máximo de escolaridade. As habilidades e competências sociais dos colaboradores a serem desenvolvidas podem ser: *capacidade para o trabalho em equipe*; atuação de forma cooperativa e colaborativa com os colegas de trabalho; capacidade para aprender novos conceitos, técnicas e tarefas; disposição para mudar de tarefas e/ou postos de trabalho; organização e disciplina.

Definindo o perfil da mão-de-obra, quantitativamente tem-se que 62% da *mão-de-obra* (direta e indireta) tinha o segundo grau completo até 30/04/98; 34% da *mão-de-obra* (direta e indireta) tinha o nível superior e somente 4% o 1º grau, mas uma larga experiência profissional. Atualmente são 700 os colaboradores da Mercedes em Juiz de Fora, pretendo-se atingir 1500 no ano 2000. Do total de 700 funcionários, 350 ( direta e indireta) são da própria cidade.

De acordo com Assis (1998), do total da *mão-de-obra* utilizada na Mercedes 20% será feminina, além disso, as contratações vão incluir pessoas com até 50 anos, que tenham não somente conhecimento técnico, mas também experiência de vida.

O SENAI desenvolve parcerias com outras indústrias em Juiz de Fora também, e em virtude da vinda de montadoras automobilísticas alemãs começou a preocupar-se mais com a qualidade dos seus cursos, no sentido de investimentos em tecnologias de ponta (laboratórios, máquinas, robôs e centros de treinamento), visando promover a modernização e a competitividade da indústria mineira

### **Previsão de Produção, Investimentos e Benefícios com a Mercedes-Benz em Juiz de Fora**

Conforme Tribuna de Minas (1998) a Mercedes - Benz terá o lançamento do Classe A em abril de 1999. O Classe A estará disponível a princípio em 60 concessionárias e no ano 2000, chegarão a ser 150 em todo país. Pretende-se atingir uma produção de 40.000 unidades em 1999 e 70.0000 unidades no ano 2000. Ao todo estão previstos 24 fornecedores em Minas Gerais, sendo que 9 estão sediados no condomínio da fábrica em Juiz de Fora. Os fornecedores são os seguintes: Aluisse/CBA (reforço de papel), Bundy (tubos de combustível), Continental

(montagem de roda com pneu), Delphi ( chicotes elétricos), Lear Car Seating (bancos), Magna (peças plásticas), Magnetti - Marelli (sistemas de exaustão e instrumentos de painel), Santa Marina ( vidros) e Thyssen (suporte do motor). Esses fornecedores criarão para a cidade 620 empregos. Estão programadas para atuar como fornecedores da montadora alemã na cidade um total de 120 empresas.

Existe em Juiz de Fora, segundo Assis (1998) um Centro de Qualificação, onde são produzidas as etapas de fabricação do automóvel, utilizando para tal, peças importadas. O Centro tem um total de 350 funcionários, sendo que desse total 160 são os multiplicadores treinados na Alemanha e que agora re-passam os conhecimentos aos colegas.

Com a vinda da Mercedes, outros investimentos começaram a ser atraídos para a cidade, como é o caso da construção de uma usina termelétrica, pelo grupo japonês Marubeni. Hansen (1998) diz que os benefícios serão enormes para Juiz de Fora, pois além de atrair novas indústrias, haverá um aumento do recolhimento do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, geração de emprego e ampliação da renda. Esses investimentos não terão custo para os governos federal, estadual e municipal, pois o investidor está disposto a investir no empreendimento.

Diante desse cenário, Juiz de Fora precisa estar atenta às necessidades locais de industrialização, onde é fundamental se ter uma força de trabalho à altura de uma multinacional, investindo com isso, em escolas técnicas profissionalizantes. Aprender com o progresso se chega ao desenvolvimento econômico, social e sobretudo humano.

### **CONCLUSÃO**

A fundamentação teórica sobre a política e políticas públicas discutida no presente trabalho foi de extrema importância para compreender os processos de formulação e implantação de política públicas, mais especificamente na área de educação profissionalizante. Hoje, existe por parte dos órgãos públicos, tanto a nível federal, estadual e municipal, uma preocupação com a geração de emprego e renda no país. Constata-se que o investimento no ensino técnico profissionalizante poderia ser uma alternativa para solução de problemas de desemprego existentes no país. Dessa forma, existiriam pessoas mais qualificadas para atender ao mercado de trabalho, possibilitando uma maior competitivi-

dade e produtividade para enfrentar os desafios postos pela modernização tecnológica. Como exemplo dessa situação pode-se citar Juiz de Fora, que vem passando por profundas modificações no ensino técnico em virtude da industrialização de ponta que se instalou com a vinda da Mercedes - Benz.

A contextualização da educação profissionalizante em Juiz de Fora, mostra que já existem programas de treinamento nas próprias escolas técnicas - SENAI, SESI e Universidade Federal, objetivando atender à industrialização de ponta. O trabalho mostra que as políticas adotadas vem dando resultados, apesar das dificuldades de se qualificar de imediato a mão-de-obra. Isso denota que Juiz de Fora, na realidade não estava preparada para atender uma indústria dessa natureza. Não somente a cidade, mas outras também encontram dificuldades de capacitação de seus colaboradores para atenderem indústrias altamente desenvolvidas em tecnologia. Esse é um desafio que os órgãos públicos deveriam apostar e principalmente investir.

Os estabelecimentos de ensino técnico precisam rever seus conteúdos programáticos, políticas e programas de educação, atualizando-se dentro das demandas das indústrias de ponta.

Os órgãos públicos e pessoas ligadas à área de educação técnica (instituições privadas) deveriam pensar a educação profissionalizante de forma regional, onde o estudante sairia preparado nas culturas necessárias e no aprendizado regional característico para o trabalho. Se, por exemplo, a região tem um potencial turístico, os cursos profissionalizantes seriam voltados para essa área específica. O Estado daria às famílias carentes bolsas de estudo para suprir parcialmente os custos com esta escola. Tendo uma *mão-de-obra* capacitada e voltada para as riquezas da região, atrairia investimentos da mesma natureza (o conhecimento viria na frente do capital).

Como idéia para formulação de políticas públicas na área técnica - profissional deveria se pensar o ensino tendo quatro anos, sendo que o último ano poderia ser feito nas próprias indústrias e locais específicos do trabalho. Desenvolveriam-se convênios com empresas, onde o estudante pudesse ter contato com a atividade; caso se desempenhasse bem teria a chance de ser contratado. A opção pelo curso técnico seria logo após o término do primeiro grau e se o estudante desejasse poderia prestar o vestibular para a área que já tivesse conhecimento, aprofundando-se mais.

Concluindo, sugere-se que os dados e as experiências relatadas possam servir de pesquisa para outras fontes e a partir daí, surgir novas idéias para o desenvolvimento do ensino técnico profissionalizante não-somente em Juiz de Fora, mas no Brasil e também mais investimentos das entidades públicas competentes e entidades privadas interessadas.

## BIBLIOGRAFIA

### ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE JUIZ DE FORA.

*Banco de Dados Municipal*. Juiz de Fora: Centro de Pesquisas Sociais, 1996.

**ARCURI**, Reginaldo. Juiz de Fora é o máximo. *Tribuna de Minas*. Juiz de Fora. S/d. 1997. Tribuna Livre.

**ASSIS**, Gilson. Nove fornecedores da Mercedes criam 620 empregos na cidade. *Tribuna de Minas*. Juiz de Fora. 8, maio, 1998. Economia.

**ASSIS**, Gilson.. Mercedes terá 20% de *mão-de-obra* feminina. *Tribuna de Minas*. Juiz de Fora. 30, maio, 1998. Economia.

**BÁN**, Alzira Dornelles & Brzezinska, Halina. *A nova escola*. Porto Alegre: Sulina, 1972.

**BASTOS**, Humberto et al. *Educação para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Reper, 1981.

**BERGAMINI**, Cecília Whitaker. *Desenvolvimento de recursos humanos: uma estratégia de desenvolvimento organizacional*. São Paulo: Atlas, 1980, p.38.

**BRASIL**. Decreto nº 2208, 17 de abril. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*. Brasília, 17 abr, 1997, Seção 1.

**BRASIL**. Lei de Diretrizes e Bases, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*. Brasília, 20 dez., 1996.

**BRZEZINSKI**, Iria. A questão da qualidade: exigências para a formação dos profissionais da educação. *Revista Brasileira de Administração da Educação*. Brasília. v.12, nº1, pp.110-121, jan./jun.,1996.

**CARVALHO**, Antônio v. *Treinamento de recursos humanos*. São Paulo, Pioneira, 1988. pp.112-127

**CRAWFORD**, Richard. *Na era do capital humano: o talento, a inteligência e o conhecimento como forças econômicas; seu impacto nas empresas e nas decisões de investimento*. São Paulo, Atlas, 1994.

- FREIRE**, Paulo. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- FRIGOTO**, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica social capitalista*. São Paulo, Cortez, 1984.
- HANSEN**, Carlos. Termelétrica ajudará cidade a atrair novos investimentos. *Tribuna de Minas*. Juiz de Fora, 28, maio, 1998.
- IBÁÑEZ**, Miriam. Privativo do trabalhador. *Época*. Rio de Janeiro, 1, Jun., 1998.
- ITALO**, Bolonga. *Formação profissional na indústria: o Senai*. Rio de Janeiro, SENAI, 1981.
- JONES**, Frances. Colegial de cara nova. *Época*. Rio de Janeiro, 25, maio, 1998.
- KUENZER**, Acácia Z. *Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. 2º ed., São Paulo, Cortez, 1986.
- KUENZER**, Acácia Z. Educação e Trabalho: questões teóricas. *Revista Brasileira de Administração da Educação*. Porto Alegre, v.4, nº1, pp.36-49, jan./jun., 1986.
- LADEIRA**, Tânia. Juiz de Fora está pronta para investimentos. *Tribuna de Minas*. Juiz de Fora, 19 out., 1997, Economia, pp. 7.
- LARA**, Leonardo. Minas para muitos. *O Globo*. Rio de Janeiro, 15, maio, 1998. Projetos de marketing.
- LEITE**, Elenice M. *Educação profissional no Brasil: no limiar de novas possibilidades*. <http://www.mtb.gov.br/serv/eduprof/edpro06.htm>, 24 set., 1997.
- MACHADO**, Getúlio Vargas. PJF contesta o resultado do censo na cidade. *Tribuna de Minas*. Juiz de Fora, 9 ago, 1997, Cidade.
- MARCONI**, Marina de Andrade & **LAKATOS**, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa*, São Paulo, Atlas, 1982.
- MARIOTTI**, Humberto. *Organizações de aprendizagem: educação continuada e a empresa do futuro*, São Paulo, Atlas, 1995.
- MEDINA**, Ana Maria Vaz de Assis. Modelos e lentes: uma discussão sobre a análise de políticas públicas. *Análise & Conjuntura*. Belo Horizonte, vol. 2, nº1, ago./out., 1989.
- MEDEIROS**, Antônio Carlos de & **BRANDÃO**, Júnior. Em busca de novos paradigmas para a análise de políticas públicas. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 24, nº 3, pp. 4-53, maio/jul., 1990.
- MEJIA**, Santiago Agudelo. *Formação individual: sistema utilizado no SENAI do Rio de Janeiro*, nº 26, Montividéu, Cinterfor, 1977.
- MONTEIRO**, Jorge Vianna. *O processo decisório da política pública: fundamentos da política pública*, Rio de Janeiro, IPEA, 1982.
- MUNHOZ**, Sérgio Milton Ricon. *Programa de Integração dos Colaboradores de Juiz de Fora*. 1ª ed., Juiz de Fora, Mercedes-Benz, 1998.
- NISKIER**, Arnaldo. *A nova escola*, 9ª ed., Rio de Janeiro, Bloch, 1978.
- NOVAES**, Paulo. *Educação e Trabalho: o futuro dos recursos humanos*. Brasília, Mec, 1970.
- NÚCLEO DE PESQUISAS ECONÔMICAS**. *A experiência recente de industrialização na região polarizada por Juiz de Fora: o caso da Cia. Paraibuna de Metais e da Siderúrgica Mendes Jr. Juiz de For*, Universidade Federal de Juiz de Fora, 1994.
- OLIVEIRA**, Romualdo Portella. *Revista Brasileira de Administração da Educação*. Brasília: v.12, nº1, pp. 61-70, jan./jun., 1996.
- RICHARDSON**, Roberto Jarry. A intervenção do estado e a relação escola-trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Administração da Educação*. Porto Alegre, v.6, nº1, pp.65-83, jan./ jul., 1988.
- RODRIGUES**, Maria Cecília Prates. Emprego no Brasil: transformações e políticas públicas. *Texto para discussão FGV/IBRE*, n.9, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- SANDER**, Benno. Centralização e descentralização na administração da educação na América Latina. *Revista Brasileira de Administração da Educação*. Porto Alegre, v.6, nº1, pp.53-64, jan./jul., 1988.
- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS**. *Resolução nº 7888/96*. Coordenação da Revisão do Ensino Médio, Belo Horizonte, 1996.
- SENGE**, Peter M. *A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem*. 9.ed. São Paulo, Bester Seller, 1990.
- SISTEMA FIEMG**. *Senai*. [Http://www.fiemg.com.br/senai/programas-projetos-especiais](http://www.fiemg.com.br/senai/programas-projetos-especiais). Htm#excelência, 5 dez., 1998.
- TRIBUNA DE MINAS**. *Juiz de Fora ganhará R\$ 2 milhões em salários por mês*, Juiz de Fora, mar. 1998, Economia.
- TRIBUNA DE MINAS**. *Estudo aponta boa condição de tráfego*. Juiz de Fora, jul., 1998, Cidade.
- VAZ**, Elida. Brasil ainda investe pouco no ensino. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5, ago., 1990. O País.

**VIANA**, Ana Luiza. As abordagens metodológicas em políticas públicas. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v.30, n°2, pp. 5-43, mar./abr., 1996.

**WARREN**, Hugh. *O ensino técnico e profissional*. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1973.